Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Alta tensão

O plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) começa hoje a julgar a ação sobre as "sobras" das vagas para a Câmara dos Deputados. Se o resultado for desfavorável ao cálculo feito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para distribuir as vagas, o PL perderá sete deputados, conforme o leitor assíduo da coluna já sabe.

Assim, não, Arthur

O presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, não gostou nada da reprimenda que o presidente da Câmara, Arthur Lira, fez publicamente ao deputado Nikolas Ferreira, acusado de transfobia por ir à tribuna de peruca e discursar em tom desrespeitoso contra os transexuais. A alguns parlamentares, Costa Neto afirmou que Lira não pode se esquecer de que precisa ser presidente de toda a Câmara e não dá, na primeira "gracinha" ou "escorregada", querer cassar o mandato.

CPI versus joias

Enquanto quebra a cabeça para descobrir como sair inteiro do caso das joias das arábias, o ex-presidente Jair Bolsonaro tenta jogar uma batata quente no colo de Lula. O ex-presidente resgatou um vídeo antigo em que um jovem Lula defende a instalação de CPIs e fala que, "se (o presidente) está com medo da CPI é porque, quem sabe, tenha o 'rabo preso'". Os bolsonaristas querem prioridade para instalação da CPI de 8 de janeiro.

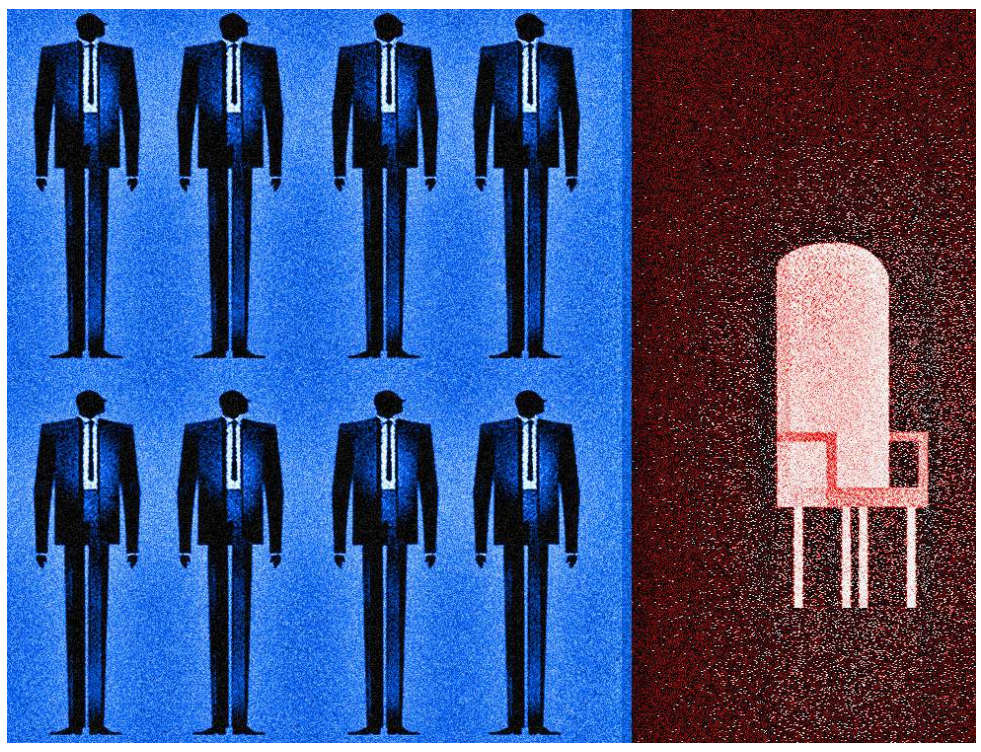
E a fila só cresce...

Até aqui, já são pelo menos dois ex-ministros de Jair Bolsonaro enrolados nesta largada do governo Lula: o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, preso por causa do 8 de janeiro, e o de Minas e Energia Bento Albuquerque, em função das joias das arábias.

Na pressão não vai

As contas do governo indicam que, até aqui, o Planalto só tem a confiança absoluta de 139 no universo de 513 deputados. Os mais otimistas avaliam que, somados aqueles que têm mais boa vontade, a conta fecha em 212. Os números repassados por um nome de alto escalão de Lula a um grupo de empresários foram seguidos do raciocínio que Arthur Lira já havia feito esta semana na Associação Comercial de São Paulo: não há uma base robusta. E mais: "É complexo negociar".

Até aqui, as ameaças de não liberar emendas e cargos aos infiéis tiveram o efeito inverso. São devolvidas com um aviso de que a liberação das emendas é obrigação legal. Alguns lembram, inclusive, que o presidente da Câmara, Arthur Lira, foi eleito com o discurso de que acabou o tempo em que os deputados ficavam de pires na mão nos ministérios e no Planalto. A avaliação dos líderes é a de que a relação tem que ser construída em bases muitos diferentes do ultimado com o União Brasil, noticiado pela coluna. Se o governo insistir na volta do pires, correrá o risco de ser obrigado a recolher os cacos.



CURTIDAS

A joia do PL.../ O presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, fará um evento em 21 de março para marcar a posse de Michelle Bolsonaro no PL Mulher. Além das deputadas federais do PL, convidará a governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão, e outras aliadas de Michelle, como as senadoras Damares Alves (REP-DF) e Tereza Cristina (PP-MS).

... é para brilhar/ A data 21 de março foi escolhida porque é aniversário da ex-primeira-dama. O PL está convencido de que o estrago na imagem de Michelle por causa das joias árabes apreendidas não será tão grande. Quanto ao presidente Bolsonaro, que faz aniversario no dia 22 deste mês, a certeza não é tão grande.

Gato escaldado/ Valdemar tem feito cara de paisagem sobre a apreensão das joias. Quer distância de qualquer coisa que envolva a delegacia da Receita Federal em Guarulhos. Nos idos do governo FHC, em 1995, Valdemar, que havia indicado apadrinhados para a inspetoria do aeroporto de Cumbica, denunciou irregularidades e avisou que não queria mais nomear para aquela área. O inspetor foi substituído meses depois.

Lide para todos/ A Lide Brazil Conference em Londres, em 20 e 21 e abril, promete se transformar no maior evento suprapartidário de debate da política econômica brasileira antes da apreciação da reforma tributária e da definição da nova economia verde. Além de economistas e banqueiros, cinco governadores já confirmaram presença. O quinto foi o governador de Goiás Ronaldo Caiado, que falará sobre as perspectivas de ambiente de negócio e confiança de investidores na economia do Brasil. Os outros são Cláudio Castro(RJ), Renato Casagrande(ES), Helder Barbalho(PA) e Tarcísio de Freitas(SP).

PODER JUDICIÁRIO

Em defesa da democracia

Premio Innovare 2023 vai destacar iniciativas para facilitar o acesso à Justiça e fortalecer o Estado Democrático de Direito

» VICTOR CORREIA

Uma solenidade realizada ontem no Superior Tribunal de Justiça (STJ) lançou a 20ª edição do Prêmio Innovare, que reconhece ações jurídicas voltadas a fortalecer a Justiça e torná-la mais acessível à população. A edição deste ano foi batizada em homenagem ao ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, morto em 2014, e traz como destaque principal a defesa do Estado Democrático de Direito, na esteira dos ataques terroristas de 8 de janeiro.

A premiação é organizada pelo Instituto Innovare, cujo Conselho Superior é formado por autoridades do direito brasileiro, incluindo a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, e o presidente do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti. As inscrições para o prêmio estão abertas e vão até 8 de maio. O resultado final será divulgado em dezembro, em cerimônia no STF. A comissão julgadora é formada por ministros das Cortes Superiores, desembargadores, procuradores, juízes, defensores públicos, advogados e outros especialistas.

"O STJ registra aqui o seu reconhecimento aos idealizadores, participantes, premiados, apoiadores e patrocinadores deste que se tornou o mais importante prêmio para a inovação do Judiciário", discursou a presidente da Corte, ministra Maria Thereza de Assis Moura. Para a magistrada, a premiação incentiva os juristas a "saírem de sua zona de conforto em nome de uma manifestação jurisdicional mais acessível e inclusiva".

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, também discursou e disse que a Constituição brasileira seria "letra morta" se não houvesse o sistema de Justiça para cumprir o que ela determina. O ministro declarou ainda que a democracia do século 21 enfrenta desafios inesperados.

"Ainda bem que, se houve o 8 de janeiro, houve o 8 de março (Dia das Mulheres). E aqueles que celebram o 8 de março são muito maiores do que aqueles que profanaram a nossa praça cívica dos Três Poderes", enfatizou o ministro. "Deus por um lado, e Satanás por outro, colocaram nas nossas mãos o celular. O tribunal do Facebook é um controle sobre o Judiciário, mas nem sempre é um controle justo. É por isso mesmo que precisamos de controles sociais institucionalizados", acrescentou Dino.

Políticas públicas

Ao **Correio**, o secretário nacional de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira, contou que o Ministério da Justiça quer implementar os projetos vencedores em políticas públicas por todo o país. "O acesso à Justiça, hoje, ainda é negado a milhões de brasileiros. Então, você premiar e enaltecer essas práticas que melhoram a Justiça é fundamental", afirmou.

Também discursou o ministro aposentado do STF Carlos Ayres Britto, que pontuou que os ataques terroristas de 8 de janeiro são um fato "grave demais para ser esquecido", e a democracia é "o princípio dos princípios" que baseia o sistema de Justiça brasileiro. "Foi um deliberado, financiado, orquestrado serial ataque à democracia, a ponto de nos levar a uma conclusão muito triste, porém realística: não se pode tapar o sol com a peneira", disse o ministro, que preside o Conselho Superior do Instituto Innovare.

Vencedora do Prêmio Innovare do ano passado na categoria "Ministério Público", a promotora Lívia Sant'Anna Vaz, do Ministério Público da Bahia, também subiu à tribuna e ressaltou a importância de incentivar projetos inovadores do direito. Ela é coordenadora do programa Ministério Público e Terreiros em Diálogos Construtivos, que trabalha na defesa dos direitos das religiões de matrizes africanas e no combate ao racismo religioso.

"Conhecer as religiões de matrizes africanas é conhecer a herança cultural do Brasil, a história do Brasil, uma história ainda muito apagada. É dever do Estado brasileiro, do sistema de Justiça, defender seus direitos", frisou a promotora. Em seu discurso, Lívia também questionou o porquê de o Judiciário ainda usar a mitologia grega em sua simbologia, enquanto o país possui uma mitologia riquíssima de origem africana e indígena. "Eu tenho dito que nós precisamos de uma Justiça de olhos bem abertos, e não de olhos vendados", citando a deusa grega Themis, símbolo do Judiciário.

Rafael Luz/STJ



A presidente do STJ, Maria Thereza de Assis Moura, no lançamento do prêmio: Justiça mais inclusiva

Serviço

As inscrições para o Prêmio Innovare podem ser feitas no site premioinnovare.com.br, até 8 de maio. Membros do Judiciário, Ministério Público, Defensoria e da Advocacia podem registrar práticas inovadoras em sete categorias: Tribunal; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Juiz; Ministério Público; Defensoria Pública; Advocacia; e Justiça e Cidadania. A última categoria é voltada para profissionais de qualquer área. O prêmio de destaque Márcio Thomaz Bastos vai contemplar iniciativas pela Defesa do Estado Democrático de Direito.

> **A premiação incentiva os juristas a saírem de sua zona de conforto em nome de uma manifestação jurisdicional mais acessível e inclusiva".**
>
> ***Maria Thereza de Assis Moura,*** *presidente do STJ*

> **A democracia também tem direito à legítima defesa. Se a vida é o bem jurídico maior, individualmente, o bem jurídico maior da coletividade é a democracia, que tem o poder de abater, por meios que ela prevê, quem se arma para abatê-la"**
>
> ***Carlos Ayres Brito,*** *ex-ministro do STF e presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare*